

## EVIDÊNCIAS DOS IMPACTOS DE UM MAIOR NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DAS PESSOAS

*EVIDENCES OF THE IMPACTS OF A HIGHER LEVEL OF FINANCIAL EDUCATION IN PEOPLES' LIVES*

Fabrcio Pereira Soares<sup>1</sup>

Carlos Eduardo Freitas Costa<sup>2</sup>

Mauro Srgio Rezende Garcia<sup>3</sup>

### RESUMO

Os debates sobre Educaço Financeira vm recebendo maior ateno de pesquisadores de todo o mundo. Um dos aspectos de relevncia diz respeito a verificao do impacto da posse de conhecimentos de Educaço Financeira sobre a qualidade das decises financeiras dos indivduos. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo fazer uma compilao de pesquisas que buscaram verificar possveis desdobramentos da Educaço Financeira (ou falta dela) sobre a qualidade das decises financeiras, a propensoo ao consumo e ao endividamento, o uso de cartoes de crdito e o comportamento de poupana e planejamento previdenciario. As pesquisas citadas demonstram que a falta de Educaço Financeira tem fortes impactos no comportamento dos indivduos quanto as decises sobre produtos financeiros e propensoo a endividamento. Demonstram tambm que a falta de conhecimento e de experincias com relao ao uso do dinheiro so fatores determinantes nas questoes de tomada de deciso financeira e planejamento financeiro para as pessoas.

**Palavras-chave:** Educaço Financeira. Decises financeiras. Utilizao do dinheiro, Consumo e endividamento.

### ABSTRACT

Debates on Financial Education have been receiving greater attention from researchers around the world. One of the relevant aspects concerns verifying the impact of possessing Financial Education knowledge on the quality of individuals' financial decisions. In this sense, this work aims to compile research that sought to verify possible consequences of Financial Education (or lack of) on the quality of financial decisions, the propensity to consume and debt, the use of credit cards and savings behavior and pension planning. The research cited shows that the lack of Financial Education has a strong impact on individuals' behavior regarding decisions about financial products and their propensity to take on debt. They also demonstrate that the lack of knowledge and experience regarding the use of money are determining factors in financial decision-making and financial planning for people.

**Keywords:** Financial Education. Financial decisions. Use of money. Consumption and debt.

## INTRODUO

Nso restritos a nosso pas, os debates em torno dos benefcios de se educar financeiramente a populao ganham cada vez mais fora. Autores defendem a perspectiva do ganho de conhecimentos

1 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – fabricio.soares@ufjf.br

2 Fundao Dom Cabral / IEC PUC Minas – carloseduardo@harpiafinanceiro.com.br

3 Contador – maurorezendegarcia@gmail.com



financeiros como base para melhores comportamentos financeiros futuros (Bernheim, Garrett e Maki, 2001; Beverly e Bulkhalter, 2005; Beutler e Dickinson, 2008; Solheim, Zuiker e Levchenko, 2011; Sohn et al., 2012).

Braunstein e Welch (2002) caracterizam um certo senso de urgência em se levar Educação Financeira à população. Para isso, baseiam seus argumentos nos avanços tecnológicos que aumentam a capacidade de ofertas de produtos e ações de *marketing* de maneira mais forte e individualizada, nas práticas de concessão de empréstimos cada vez mais questionáveis, nas mudanças demográficas da população mundial, na existência de mais crédito e o conseqüente aumento do endividamento da população e no aumento das responsabilidades do consumidor.

Diante de tal cenário, várias pesquisas têm se dedicado a entender e mensurar a efetividade de um maior nível de Educação Financeira sobre o bem-estar dos indivíduos e famílias. Ao centrarem sua análise em temas como esses, tais estudos podem contribuir, em nível macro, para o entendimento sobre a efetividade de políticas de Educação Financeira, além de colaborar, em nível micro, a explicar os comportamentos das pessoas quanto a temas financeiros diversos, bem como contribuir com aqueles que pretendem tratar ou já tratam do assunto em suas salas de aula.

Assim, este artigo visa compreender o atual estágio das pesquisas que buscam tratar da Educação Financeira e seus possíveis impactos sobre as decisões dos indivíduos, procurando mostrar se há uma relação entre maior conhecimento financeiro e decisões mais acertadas do ponto de vista do uso do dinheiro. Como questão-problema central, coloca-se: “Quais as contribuições da literatura para a compreensão acerca dos impactos de um maior nível de Educação Financeira sobre as decisões dos indivíduos em relação ao uso do dinheiro?”

Nesse sentido, serão mostrados estudos que procuraram relacionar a Educação Financeira (ou a falta dela) a alguns temas específicos, a saber: a qualidade das decisões financeiras, a propensão ao consumo e ao endividamento, o uso de cartões de crédito e, por fim, o comportamento de poupança e planejamento previdenciário.

Dessa forma, a descrição dos estudos a seguir está organizada buscando apresentar as pesquisas de acordo com cada um desses temas citados. Os artigos utilizados nesta pesquisa foram obtidos em busca nas plataformas de pesquisa SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico. Foram buscadas as palavras-chave Educação Financeira, decisões financeiras, utilização do dinheiro, consumo e endividamento (em português e inglês). Os artigos selecionados foram devidamente analisados para se extrair os achados dos autores a respeito de cada um dos quatro focos citados acima.

Cabe mencionar que o número de pesquisas com a temática da Educação Financeira vem crescendo ao longo dos anos e, portanto, os estudos elencados a seguir são apenas uma amostra das pesquisas que vêm sendo conduzidas. O intuito aqui é obter uma compreensão sobre a efetividade da Educação Financeira e dar subsídio a posteriores debates sobre a necessidade de discussão do assunto.

Diante disso, o presente trabalho está estruturado em 3 seções, além dessa Introdução. Na próxima seção, será apresentado o conceito de Educação Financeira e seus desdobramentos. Em seguida, será apresentada a compilação de pesquisas que buscaram retratar o impacto da Educação Financeira sobre o comportamento dos indivíduos. Por fim, na última seção, serão trazidas as considerações finais e sugestões de estudos futuros.

## O CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Antes de apresentar pesquisas que procuraram mensurar o impacto de um maior nível de Educação

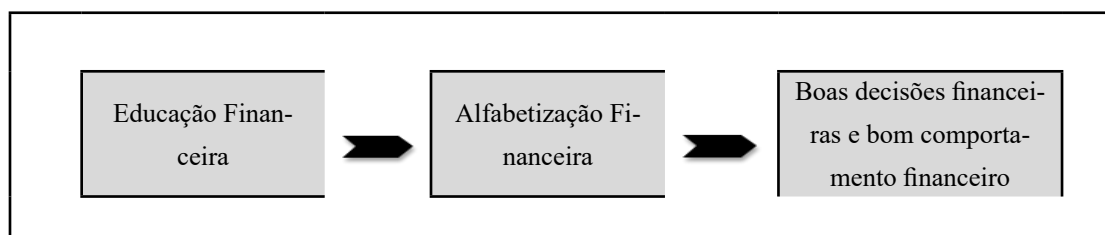
Financeira sobre o comportamento de indivíduos, deve-se empreender um esforço inicial para se conceituar Educação Financeira e eventuais desdobramentos do conceito. Apesar de diversas definições serem encontradas na literatura, cita-se, inicialmente, a clássica definição presente na publicação *Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para esta organização, a Educação Financeira é:

O processo pelo qual consumidores / investidores aprimoram sua compreensão sobre produtos financeiros, seus riscos e conceitos e, através de informação, instrução e / ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes sobre riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões embasadas, para saber onde buscar auxílio e buscar outras ações efetivas para aprimorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.4) (tradução nossa).

Neste ponto, cumpre mencionar também que, pela análise dos autores consultados, são encontrados termos como Alfabetização Financeira, Educação Financeira e Literacia Financeira muitas vezes sendo tratados como sinônimos. A OCDE (2012) faz uma distinção dizendo que o termo Alfabetização Financeira pode ser usado para se tratar dos resultados de programas educacionais específicos. A maior parte dos autores que diferencia os conceitos coloca a Alfabetização Financeira como um desdobramento da Educação Financeira, ou como o resultado de se estar financeiramente educado (Dolvin e Templeton, 2006; Edminston e Gillet-Fischer, 2006; Willis, 2008; 2009; Sohn et al., 2012).

Nesse sentido, Willis (2008) define o que chama de Educação para a Alfabetização financeira como “[...] educação sobre conceitos financeiros com o objetivo explícito de aumentar conhecimento e habilidades, confiança e motivação para seu uso” (p. 202, tradução nossa). A autora propõe o esquema exposto na Figura 1 a seguir para a compreensão do conceito e seus desdobramentos.

Figura I – Alfabetização Financeira como desdobramento da Educação Financeira



Fonte: Adaptado de Willis (2008).

Para Mason e Wilson (2000), a importância do tema surge a partir da identificação de um problema: as pessoas não são eficientes no uso da informação financeira. Dessa maneira, definem Alfabetização ou Educação Financeira como a habilidade de um indivíduo obter, compreender e avaliar as informações relevantes necessárias para se tomar decisões com consciência sobre as consequências financeiras.

De acordo com Grifoni e Messy (2012), o termo contempla o alcance do bem-estar financeiro através de boas decisões que viriam de uma combinação de conscientização financeira, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos.

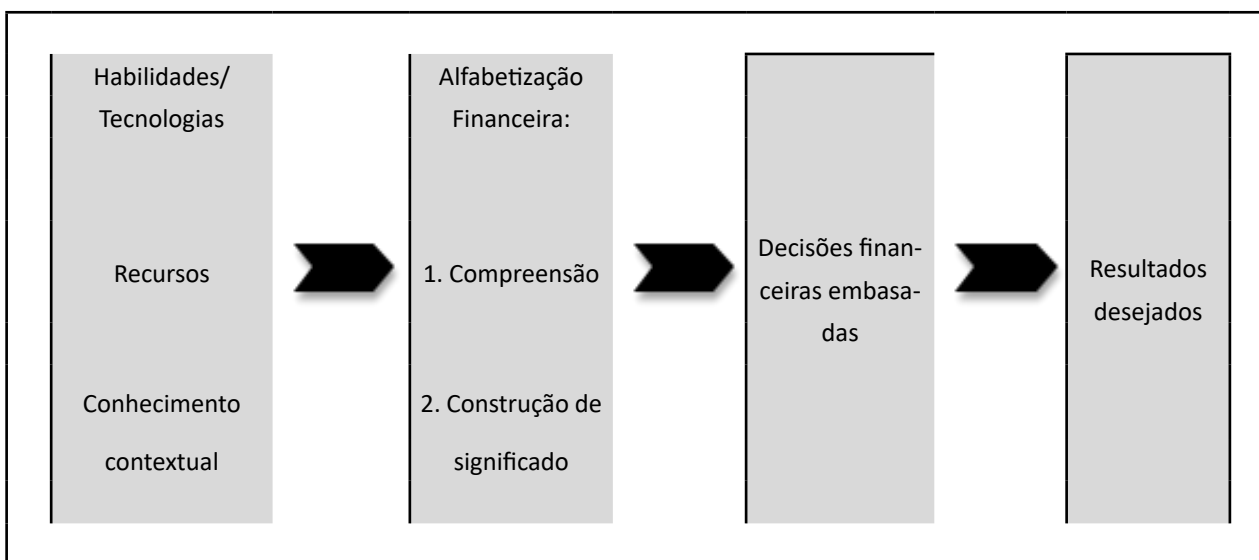
A definição apresentada para o *Programme for International Student Assessment (PISA)*, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes que, em uma de suas dimensões, avalia o grau de Educação Financeira dos estudantes, é apresentada a seguir. Por ser uma avaliação conduzida pela OCDE, a definição se assemelha àquela já citada no início desta seção.

Alfabetização Financeira é o conhecimento e compreensão de conceitos financeiros e riscos, e as habilidades, motivações e confiança para aplicar tal conhecimento e compreensão no sentido de tomar decisões efetivas em uma gama de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar financeiro de indivíduos e sociedade, e permitir participação na vida econômica (PISA, 2012, p. 13, tradução nossa).

Mason e Wilson (2000) ressaltam que não faz sentido conceber o processo de recebimento de informações sem a capacidade de trazer significado a elas. Essa capacidade seria um pré-requisito básico para o alcance de quaisquer objetivos financeiros que um indivíduo possa ter. Uma ressalva importante apresentada por eles está ligada ao fato de que uma pessoa ser educada financeiramente não implica que ela tome boas decisões financeiras, mas apenas que ela é dotada de informações para tomar suas decisões. Assim, a posse de informações e a capacidade de tomar decisões a partir disso torna possível, mas não garantido, que os resultados desejados serão atingidos. Dessa forma, para eles, a funcionalidade no sentido de possibilitar os resultados desejados atribui significação ao conceito de Educação Financeira.

Como desdobramento desse raciocínio, o conceito de Educação Financeira visto como um processo de construção de significado é proposto por esses autores. Tal processo é apresentado na figura 2 a seguir. Pela análise da figura, percebe-se que, além das habilidades, são também necessários recursos e compreensão do contexto. A partir daí, a utilização de conceitos financeiros pode passar pelo processo de compreensão e construção de significado e se transformar em decisões financeiras embasadas, facilitando o alcance de resultados.

Figura II – Educação Financeira vista como um processo de construção de significado

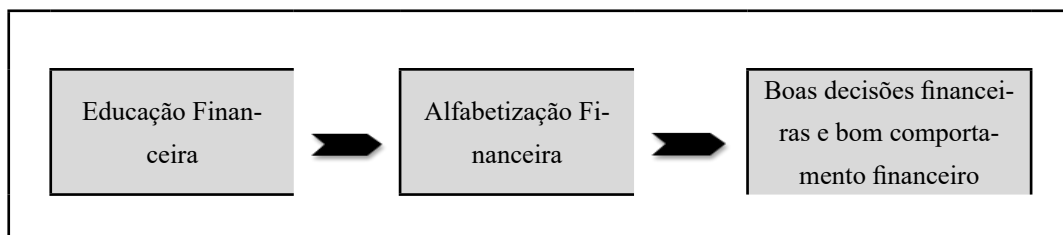


Em *Recommendation on principles and good practices for Financial Education and Awareness* OCDE (2005), há a afirmação de que a Educação Financeira é algo que vai além da disponibilidade de informações financeiras e deve ser oferecida com o intuito de proteger os clientes financeiros. Este ponto merece destaque, uma vez algumas das definições apresentadas até aqui mencionam o grau de risco ou desproteção do indivíduo diante do cenário de complexidade do mercado financeiro e, a partir daí, dão maior enfoque ou peso ao viés do ganho de conhecimentos e ao fornecimento de informações, sem se preocupar de maneira mais explícita com um possível viés regulatório e de proteção.

Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (BCB) apresenta uma definição ampliada, chamada de Cidadania Financeira, onde a Educação Financeira é um dos 4 pilares, mas está lado a lado com o pilar Proteção do consumidor de serviços financeiros, conforme Figura 3 a seguir. Para o BCB (2018), a cidadania financeira é

exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros [...] e o desenvolvimento da cidadania financeira se dá por meio de um contexto de inclusão financeira, de educação financeira, de proteção do consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro (p. 7).

Figura III – Pilares do conceito de Cidadania Financeira



Fonte: Banco Central do Brasil (2018, p. 11).

De maneira geral, analisando as definições apresentadas, fica claro que os autores mencionados tentam apresentar o conceito em relação aos seus possíveis impactos futuros e como esses impactos devem afetar o patrimônio do indivíduo e seu comportamento de gastos. Nesse sentido, a seguir será apresentada a compilação de estudos que procuram tratar dos desdobramentos de se possuir um maior nível de Educação Financeira.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A partir desse ponto, será apresentada uma compilação de pesquisas que buscaram verificar os possíveis desdobramentos de um maior ou menor nível de Educação Financeira sobre as decisões financeiras. Assim, apresentam-se os estudos que trataram, respectivamente, da qualidade das decisões financeiras (1), da propensão ao consumo e ao endividamento (2), do uso de cartões de crédito (3) e do comportamento de poupança e planejamento previdenciário (4). Por fim, no tópico (5) são apresentadas implicações das pesquisas.



## QUALIDADE DAS DECISÕES FINANCEIRAS

Sobre uma primeira dimensão presente nos estudos, a Educação Financeira e a Qualidade das decisões financeiras, deve-se mencionar autores, que mostram a sequência mostrada na Figura 1 da seção anterior composta por Educação Financeira – Alfabetização Financeira – Bons comportamentos financeiros e sugerem que boas decisões financeiras seriam o resultado de se educar financeiramente e se produzir indivíduos alfabetizados financeiramente (Dolvin e Templeton, 2006; Edminston e Gillet-Fischer, 2006; Willis, 2008; 2009; Sohn et al., 2012).

Fox, Bartholomae e Lee (2005) mostraram que a ignorância financeira é capaz de criar ou potencializar vieses de comportamento, exibidos pelos investidores incultos. Nesse mesmo sentido, para Braunstein e Welch (2002), participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente, da mesma forma que consumidores conscientes demandam por produtos que sejam mais condizentes com suas necessidades financeiras.

Lucci et al. (2006) concluíram que maiores níveis de Educação Financeira afetam a qualidade das decisões financeiras. Os autores tentaram entender se a qualidade das decisões financeiras seria realmente influenciada pelos conhecimentos das pessoas em relação ao dinheiro. Para isso, a sua pesquisa foi realizada com alunos matriculados em cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Eles concluíram que o nível de conhecimento em temas relacionados com a gestão do dinheiro tem uma correlação com o número de assuntos que os alunos estudaram em seus cursos, como temas ligados ao Mercado de Capitais, Finanças Corporativas e Economia. Em quase todos os itens solicitados aos alunos, as respostas mostraram uma correlação positiva entre o conhecimento financeiro e qualidade nas decisões financeiras. Destaque deve ser dado a atitudes positivas em relação à aposentadoria e à gestão de dívidas.

Em outra pesquisa que busca avaliar a relação dos níveis de Educação Financeira e a qualidade das decisões e que, da mesma forma que a pesquisa de Lucci et al. (2006), contou com entrevistas junto a alunos matriculados em cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis, Soares et al. (2012) também verificaram o melhor nível das decisões financeiras para os respondentes que obtiveram as maiores notas em uma escala que buscava aferir o nível de Educação Financeira. No entanto, vale ressaltar que, apesar de os estudantes terem contato com disciplinas ligadas à área financeira em seus cursos, o nível de Educação Financeira verificado foi baixo, com uma nota média de 39,1 em uma escala de 0 a 100 pontos.

Em um outro estudo que buscou averiguar a Educação Financeira entre estudantes, desta vez matriculados entre o 5º e 8º anos de uma escola pública e uma escola privada de Minas Gerais, Stella et al. (2013) encontraram que o nível de Educação Financeira foi moderado entre os alunos (cerca de 60 em 100 pontos possíveis). Não foram encontradas diferenças em relação ao sexo ou idade.

Os resultados também mostraram que os alunos com maior conhecimento financeiro eram mais propensos a assumir o controle de seus orçamentos e planejar suas decisões. Foi encontrado um comportamento de poupança positivo entre aqueles que pertencem a esse grupo, pois este grupo foi o que conseguiu poupar mais. Os resultados relativos à idade em que os alunos tiveram o primeiro contato com as decisões financeiras não apresentaram correlação com o nível de Educação Financeira.

Chen e Volpe (1998) estudaram o nível de Educação Financeira em estudantes de diversas universidades americanas e seu impacto sobre as opiniões e decisões dos alunos. Percebeu-se que aqueles que estão perto do final do curso mostraram um maior nível de Educação Financeira, assim como aqueles que tinham mais experiência de trabalho. Os autores afirmaram que tais achados não significam que apenas ser mais velho gera maior grau de Educação Financeira, mas sim a exposição a situações que envolvem decisões sobre o uso do dinheiro. Também foi concluído que os respondentes com menor nível de Educação Financeira apresentaram tendência de opiniões e decisões incorretas nas áreas de conhecimentos financeiros gerais,



poupança e investimento e empréstimos.

Também com enfoque de estudar a qualidade das decisões financeiras, em pesquisa realizada pelo SERASA<sup>4</sup> (2014), foi apresentado o Indicador de Educação Financeira (IndEF) da população brasileira. O indicador foi criado em 2012 e tornado público, pela primeira vez, em meados de 2013. Segundo a instituição,

o indicador tem por objetivo aprofundar os conhecimentos sobre o nível de Educação Financeira do cidadão brasileiro, entendendo suas necessidades e hábitos financeiros, e, desta forma, apoiar as estratégias públicas, privadas e da sociedade civil organizada na implementação de programas que visam a melhorar a relação das pessoas com o dinheiro e os instrumentos financeiros, que se tornam cada vez mais disponíveis para o desenvolvimento da sociedade. (SERASA, 2014, p.3).

Cumprir mencionar que a nota final é uma ponderação de três dimensões relativas às finanças pessoais e familiares, a saber: Atitude, Conhecimento e Comportamento. O estudo, ao longo dos anos em que foi divulgado, mostrou uma grande correlação entre a dimensão conhecimento com os fatores renda, classe social e escolaridade. Assim, à medida que essas variáveis aumentaram, também aumentou a pontuação obtida nessa dimensão. O mesmo não se observa em relação às dimensões ligadas a atitude e comportamento. Uma hipótese levantada pressupõe que só o conhecimento não resolve a questão da observação de maus comportamentos financeiros, sendo preciso se fazer algo a respeito do lado comportamental do indivíduo.

Sobre esta afirmação de que apenas o fornecimento de conhecimento poderia não ser suficiente para boas decisões financeiras, Vitt (2004) frisa que o processo decisório em relação ao uso do dinheiro é só parcialmente objetivo. Para a autora, as decisões são motivadas por valores e também envolvem aspectos psicológicos, físicos e sociais. Apenas a compreensão de todas essas dimensões poderia produzir boas decisões ligadas ao dinheiro.

Voltando à pesquisa do SERASA (2017), o estudo também procurou mensurar o impacto da bancarização sobre o InDEF. Uma hipótese levantada é que a bancarização produz maior exposição a situações financeiras e maior conhecimento, com possível reflexo sobre qualidade das atitudes financeiras. Ao longo dos anos, constatou-se que possuir conta corrente, cartão de crédito ou seguro tende a aumentar a Educação Financeira no que diz respeito às dimensões Conhecimento e Atitude, mas não se verificou diferença significativa na dimensão Comportamento. Isso significa dizer que o contato com esses produtos e com instituições financeiras

é capaz de educar até o nível da informação e das crenças a respeito do uso mais ou menos sustentável do dinheiro, mas não consegue ultrapassar a barreira da 'tentação' e a 'urgência' do consumo em detrimento da necessidade de poupar para eventuais imprevistos (SERASA, 2014, p. 13).

Hogarth, Hilgert e Schuchardt (2002) também mostraram pesquisa do *Federal Reserve Bank*<sup>5</sup> (FED) que confirma a correlação de uma maior bancarização com um maior nível de Educação Financeira. Os respondentes foram classificados com base no número de produtos financeiros que possuíam (de uma lista de 13 produtos) e de comportamentos financeiros apresentados (de uma lista de 18). O estudo mostrou que os participantes que demonstraram um maior número de bons comportamentos financeiros possuíam também um maior número de produtos financeiros. Além disso, em uma escala de Alfabetização Financeira produzida, aqueles que estavam acima da média nas duas classificações atingiram as maiores pontuações, tendo obtido sucesso em 76% de um teste que contemplava questões diversas sobre gestão financeira.

4 O SERASA é um organização presente no Brasil há mais de 50 anos e que presta serviços de informações de crédito para empresas e consumidores.

5 O Federal Reserve Bank é o Banco Central dos Estados Unidos.



Enquanto isso, os respondentes que se posicionaram abaixo da média em número de produtos e número de comportamentos financeiros observados obtiveram um índice de acertos de 59% no mesmo teste.

Braunstein e Welch (2002) mostraram que os resultados de programas com o intuito de levar conhecimento financeiro a pessoas são diversos. As autoras dizem que, enquanto alguns programas obtêm sucesso em certos aspectos da gestão financeira pessoal, outros não conseguem, apenas através da disseminação de informação, produzir comportamento financeiro eficiente. Acrescentam que, apesar de algumas pesquisas mostrarem que a aquisição de informação pode resultar em melhor comportamento em matéria financeira, também se percebe que apenas o aumento da informação não resulta automaticamente em tais melhorias. Assim, refutam a suposição de que a presença de mais informações acarretará melhores comportamentos e sugerem que há um enigma no fato de que, mesmo na presença de informação confiável, os indivíduos e famílias nem sempre irão agir em seu melhor interesse, algo que a teoria financeira clássica pressupõe.

#### QUALIDADE DAS DECISÕES FINANCEIRAS

Em relação a uma segunda dimensão analisada por diversas pesquisas, a propensão ao consumo e ao endividamento, Sabri e McDonald (2010) analisaram a relação entre a Educação Financeira, os problemas financeiros e comportamento de poupança em 11 universidades da Malásia (6 universidades públicas e 5 privadas). Os autores começam seu trabalho lembrando que, quando os alunos entram em uma universidade, a maioria deles provavelmente têm sua primeira experiência em gestão de dinheiro sem a supervisão dos pais.

Extraíndo da pesquisa os dados relativos a consumo, destaca-se que cerca de 45% dos estudantes que responderam à pesquisa gastavam todo o seu dinheiro antes do final do semestre. Por outro lado, os estudantes com maiores notas no indicador de Educação Financeira produzido pelos autores demonstraram tendência a menor propensão ao consumo. Acrescenta-se a isso o fato de que estudantes que tiveram exposição mais cedo ao consumo em sua infância ou que relataram maior influência dos agentes de socialização descritos na pesquisa (família, escola, religião, mídia e amigos) demonstraram comportamento financeiro mais eficiente.

Sobre a relação entre um maior nível de Educação Financeira e o impacto sobre o endividamento dos indivíduos, Sabri e McDonald (2010) mostraram correlação entre Educação Financeira e menor propensão a problemas financeiros, dentre os quais estava o endividamento.

Em pesquisa já citada, Soares et al. (2012), ao investigarem o comportamento dos estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, também encontraram indícios de que os maiores níveis de Educação Financeira coincidiam com os menores níveis de endividamento.

Hirad e Zorn (2001) mostraram que os níveis de inadimplência em financiamentos imobiliários nos Estados Unidos eram 19% inferiores entre as pessoas que receberam aconselhamento financeiro antes da obtenção do empréstimo, em comparação a indivíduos que não foram aconselhados.

#### O USO DE CARTÕES DE CRÉDITO

Passando a análise para o terceiro item, estudos que trataram da Educação Financeira e o uso de cartões, Hayhoe, Leach e Turner (1999) estudaram as atitudes dos estudantes universitários em relação a





dinheiro tentando identificar seus impactos sobre o número de cartões de crédito que eles possuíam. Eles enfatizam que alguns estudos confirmam que atitudes em relação ao crédito e dinheiro são boas para a previsão dos padrões de gastos. Os participantes da pesquisa foram os alunos com mais de 18 anos de idade de 5 Universidades estaduais nos EUA. 80% dos entrevistados admitiram ter pelo menos um cartão de crédito. Apenas 17% tinham aulas relacionadas com a gestão financeira pessoal na Universidade.

As atitudes relacionadas à posse e ao uso de dinheiro, categorizadas pelos autores como obsessão (ênfase em pensar sobre diferentes aspectos ligados ao dinheiro), retenção (não querer gastar o dinheiro, mesmo quando ele estiver disponível) e comportamento afetivo (ligado ao simples prazer de possuir um cartão ou a pessoas assumindo que o cartão de crédito faz com que sejam felizes) foram encontradas. Os entrevistados sem cartões de crédito tiveram notas mais altas nas atitudes de retenção e obsessão, enquanto aqueles com mais de quatro cartões de crédito tiveram pontuações mais elevadas no comportamento afetivo. Um fato interessante relatado pelos autores foi que aqueles com mais de quatro cartões pareciam estar mais preocupados com as consequências do uso do crédito. Segundo os autores, este comportamento foi uma consequência de dívidas antigas que estavam sendo pagas pelos alunos.

Roberts e Jones (2001) discutiram o papel que as atitudes em relação ao uso do dinheiro e do cartão de crédito têm na compreensão do comportamento de compra compulsiva. Ao fazer isso, eles tentaram mostrar o impacto de conceitos como poder, desconfiança e ansiedade em compradores compulsivos, com uma amostra de estudantes de uma universidade no Texas. Como resultado, 9% dos alunos foram considerados compradores compulsivos, mas os autores admitem que o número pode ser conservador uma vez que só os casos mais extremos de comportamento compulsivo foram identificados pela escala utilizada.

Os resultados do estudo sugerem que atitudes como o poder, a desconfiança e a ansiedade estão intimamente relacionadas à compra compulsiva e que o uso do cartão de crédito, muitas vezes, aparece como um moderador, intermediando tais relações. Eles mencionam que os alunos com atitudes irresponsáveis no uso do cartão de crédito poderão sofrer mais financeiramente e psicologicamente, pois eles tendem a ter notas mais baixas, deixar a escola, ter sérios problemas financeiros e, provavelmente, terão que trabalhar mais para pagar suas contas.

Tavares e Soares (2015) replicaram o estudo de Robert e Jones (2001) em uma universidade brasileira. A hipótese que testou a relação entre o fator desconfiança (sensibilidade ao preço) e a compra compulsiva não foi confirmada pelo estudo, devido à baixa correlação apresentada entre os fatores.

Foram caracterizados compradores compulsivos ao longo da amostra (4% dos entrevistados). No estudo norte-americano, o valor foi um pouco superior, com cerca de 9% da amostra. Esse valor mais baixo na universidade brasileira, para Tavares e Soares (2015) pode estar relacionado à amostra do estudo, composta por alunos de cursos relacionados ao tema, que podem ter maior conhecimento sobre aspectos financeiros.

Além disso, também se verificou, assim como em Robert e Jones (2001), maior número de compradores compulsivos entre as mulheres, uma vez que da amostra analisada (identificados como *shopaholics*) 75% eram mulheres. Outro dado identificado na pesquisa foi que os universitários indicaram preferência pelo uso do dinheiro para pagamentos menores e preferência pelo uso do cartão de crédito nos pagamentos com valores maiores.

A maioria dos estudantes disse que seu primeiro cartão estava vinculado a uma conta universitária, afirmando terem participado de campanhas de marketing de cartões de crédito universitários dentro do ambiente universitário, o que pode sugerir que as campanhas têm bons resultados e influenciam os estudantes na utilização de serviços bancários.

Warwick e Mansfield (2000) realizaram uma pesquisa em uma universidade privada do Centro-Oeste dos Estados Unidos. A pesquisa procurou entender as atitudes dos estudantes em relação ao uso de cartões de crédito e verificar se os alunos podem compreender suas características básicas. O estudo foi focado em



responder três questões: (1) Como os alunos estão obtendo seus cartões de crédito? (2) Os alunos são bem informados sobre crédito? (3) Quais são as atitudes dos estudantes em relação a cartões de crédito?

Um resultado importante observado foi que a maioria dos alunos adquiriu um cartão de crédito não de sua própria vontade, mas persuadido por campanhas de *marketing* (apenas 15% daqueles que possuem um cartão de crédito pediu o cartão), o que pode trazer considerações importantes sobre a necessidade de maior Educação Financeira e de proteção do consumidor em um cenário de maior agressividade das campanhas de *marketing*. No que diz respeito às características de cartões de crédito, 71% admitiram que não sabiam das taxas de juro, enquanto 43% não sabiam o limite de crédito total em seus cartões. Quando perguntados sobre o quanto eles devem, a porcentagem de inquiridos que não conseguiu responder à pergunta foi de 47,5%.

Os alunos também foram questionados sobre a sua opinião a respeito dos cartões de crédito. Um total de 68,6% disse que eles são bons, se usados corretamente. Os autores alertam para o risco do grande estímulo que os jovens têm de adquirir um cartão de crédito. As instituições financeiras muitas vezes pensam que os estudantes são uma boa maneira de ganhar dinheiro, especialmente no longo prazo. No entanto, como os alunos têm uma renda baixa, eles se sentem tentados a gastar e estão frequentemente em dívida.

Segundo os autores, esta questão enfatiza a necessidade de um comportamento socialmente responsável não só da parte da instituição financeira, mas também da Universidade, pois mostra que ela muitas vezes tolera as técnicas agressivas de vendas utilizados por empresas de cartão de crédito. Eles dizem que em muitas partes dos Estados Unidos, as universidades estão proibindo campanhas de *marketing* dos cartões de crédito dentro dos *campi*. No entanto, os autores ponderam que, embora uma postura mais firme das universidades possa afastar os estudantes da aquisição de um cartão de crédito, ainda há outras maneiras de se chegar a esses alunos. Dessa forma, os autores sugerem que a melhoria da Educação Financeira seria uma boa maneira de estimular o comportamento adequado no uso de dinheiro.

## COMPORTAMENTO DE POUPANÇA E PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Em relação à quarta dimensão das pesquisas, para Lusardi (2019), as pessoas financeiramente experientes têm maior probabilidade de acumular riqueza. Isso ocorre porque aqueles que apresentam maior Educação Financeira têm maior probabilidade de planejar a aposentadoria, provavelmente devido a uma maior capacidade de compreender o poder dos juros compostos e de uma maior habilidade em realizar cálculos.

Em um estudo conduzido em 15 países, denominado *Financial Literacy Around the World* (projeto *FLat World*), Lusardi e Mitchell (2011) mostraram que um maior nível de Educação Financeira está associado a uma maior capacidade de planejamento de aposentadoria e, conseqüentemente, a uma maior riqueza em idades mais avançadas.

Segundo os autores, uma resposta correta adicional ao questionário de conhecimentos em Educação Financeira estava associada a uma probabilidade adicional de 3 a 4% de maior planejamento de aposentadoria nos EUA, Japão e Suécia. Na Holanda, uma resposta correta adicional implicou em 10% maior probabilidade em se planejar melhor a aposentadoria. Os autores ainda afirmam que “o planejamento é um forte preditor de riqueza; aqueles que planejam chegam perto da aposentadoria com duas a três vezes mais riqueza do que aqueles que não planejam” (Lusardi e Mitchell, 2011, p. 5, tradução nossa).

Sobre o comportamento de poupança e planejamento previdenciário, na já citada pesquisa com universitários na Malásia, Sabri e McDonald (2010) verificaram que mais de 50% dos alunos não foram capazes de poupar no momento em que recebem o seu dinheiro. Quase a metade dos entrevistados disseram que



eles gastam todo o dinheiro antes do final do semestre. O nível de Educação Financeira teve um impacto significativo sobre o comportamento de poupança. Um fato interessante foi que aqueles que admitiram ter uma exposição precoce ao consumo e uso do dinheiro tiveram melhor comportamento de poupança.

Comparativamente, o nível atual de Educação Financeira se mostrou mais importante para o comportamento de poupança do que a exposição precoce ao consumo durante a infância ou a socialização financeira. Os autores especulam que isso pode ser resultado de maus hábitos desenvolvidos a partir de exposição precoce ao uso de dinheiro e influência de pessoas que não lidam com assuntos de dinheiro de uma forma ideal. Além disso, estudantes que relataram melhores hábitos de consumo demonstraram maior propensão a poupar. Os autores concluíram que proporcionar contato com assuntos ligados à Educação Financeira durante a Universidade pode minimizar as consequências de maus hábitos e atitudes adquiridos antes do início da vida universitária.

Os dados de Soares et al. (2012) confirmaram os achados de Sabri e McDonald (2010), mostrando o comportamento positivo em relação à propensão a poupar entre os alunos que apresentaram maior nível de Educação Financeira.

Bernheim, Garrett e Maki (2001) apresentaram evidências de que a maior parte dos norte-americanos apresenta lacunas de formação para o gerenciamento de suas finanças pessoais, com impactos sobre suas escolhas em termos de aposentadoria decorrentes dessa deficiência. Em um estudo com bastante repercussão, os autores alegam que apresentam a primeira evidência sistemática dos efeitos de longo prazo, ao concluírem que conteúdos de Educação Financeira levados ao público de maneira obrigatória significativamente elevaram a exposição ao tema e tiveram como consequência a elevação das taxas de poupança e acumulação de riquezas na vida adulta.

Braunstein e Welch (2002) afirmam que a Educação Financeira estimula maior bancarização e isso proporciona um benefício, uma vez que pesquisas mostram que, nos EUA, 51% das famílias com relacionamento bancário poupam regularmente, enquanto apenas 14% daquelas que não são bancarizadas conseguem poupar. Ademais, para as autoras, a posse de conhecimentos financeiros pode contribuir para os funcionários de empresas a estabelecerem estratégias que garantam segurança em suas aposentadorias.

Também foi demonstrado que o número de horas de treinamento financeiro aumentou o nível médio de depósitos em um plano específico de previdência privada durante análise realizada entre 1997 e 2000 (Braunstein e Welch, 2002). Outras pesquisas também mostraram que empregados de empresas que participaram de programas de treinamento financeiro aumentaram suas contribuições a planos de previdência (Kim, Kratzer e Leech, 2001; Bernheim e Garrett, 2003).

Lusardi e Mitchell (2006) mostraram que aqueles que foram expostos a conhecimentos financeiros são mais propensos a pensar sobre o planejamento da aposentadoria. Calvert, Campbell e Sodini (2005) descobriram que os chefes de família com conhecimentos financeiros mais sofisticados são mais propensos a investir em ativos mais arriscados para o longo prazo e também de forma mais eficiente. Outros autores, como Hilgert, Hogarth, e Beverly (2003) e Kimball e Shumway (2006) também mostram uma correlação positiva entre o conhecimento financeiro e comportamento em relação a poupança.

## IMPLICAÇÕES DAS PESQUISAS

Após a apresentação dos resultados das pesquisas que procuraram relacionar o nível de Educação Financeira a comportamentos financeiros específicos, pode-se dizer que vários dos estudos mostrados confirmam a relação entre maior nível de Educação Financeira e melhores resultados financeiros em diversas



dimensões. Além disso, vários concluíram ou recomendaram que o assunto fosse tratado dentro da lógica escolar, seja no ensino básico ou mesmo em nível superior.

Sabri e McDonald (2010), por exemplo, sugerem que os resultados de seu estudo apontam para a necessidade de as universidades e faculdades de seu país procurarem ministrar *workshops* e aulas para educar os alunos sobre gestão de finanças pessoais e planejamento. Ao demonstrar a forte ligação entre a Educação Financeira e uma melhor gestão financeira, o “estudo poderia ser usado para se reforçar que os anos de faculdade são a última e melhor chance para que a educação formal tenha efeitos salutares para a gestão financeira da vida dos futuros líderes da Malásia” (Sabri e McDonald, 2010, p. 7, tradução nossa).

De maneira oposta, cresce o número de pesquisas que questiona a efetividade de políticas de Educação Financeira e até mesmo lançam dúvidas sobre os estudos que porventura mostraram correlação entre a posse de conhecimentos financeiros e melhores comportamentos financeiros. Nessa linha, Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014) questionam os resultados das pesquisas que comumente vêm procurando demonstrar os impactos da Educação Financeira sobre indivíduos. Os autores questionam a validade das medidas de Educação Financeira criadas, pois são muitas vezes questionários de múltipla escolha com foco integral em medidas objetivas. Acrescenta-se a isso o fato de que, na maior parte das pesquisas, não são consideradas variáveis de diferenças individuais que poderiam explicar os comportamentos financeiros visualizados.

Eles fazem críticas à Educação Financeira de longo prazo, acreditando que abordagens curtas e mais próximas do momento das decisões financeiras aumentam a possibilidade de sucesso e minimizam o risco de esquecimento. Em sua pesquisa, concluíram que uma mínima parcela da variância em comportamentos financeiros pode ser explicada por intervenções para melhorar o nível de alfabetização financeira das pessoas. Em especial, as amostras de baixa renda mostraram efeitos ainda mais fracos. Também encontraram efeitos decrescentes de tentativas de alfabetização financeira através do tempo, com efeitos muito baixos 20 meses ou mais após a exposição aos conceitos financeiros. Nesse sentido, acreditam que a abordagem da Educação Financeira no futuro deverá evitar os tópicos comuns nos dias de hoje, como conteúdo sobre juros compostos e obrigações e passar a ensinar habilidades sociais como a propensão para planejar, confiança para ser proativo e vontade de assumir riscos de investimento.

Willis (2009) também apresenta críticas às pesquisas geralmente realizadas sobre o tema Educação Financeira. Conforme a autora, apesar de os métodos elaborados para coleta de dados, projetos de pesquisa um tanto quanto “ingênuos e técnicas rigorosas de análises estatísticas, os pesquisadores não foram capazes de superar os problemas com a confiabilidade dos dados, controles sobre as condições, medição da validade e interpretação dos resultados” (Willis, 2009, p. 425, tradução nossa).

Muitos outros autores também afirmam que as pesquisas até o momento são incapazes de demonstrar correlação entre maior Educação Financeira, Alfabetização Financeira e melhores comportamentos financeiros (Cole e Shastry 2008; Hathaway e Khatiwada, 2008; Mandell e Klein, 2009; Gale e Levine, 2010), muitas vezes pela presença de vieses comportamentais nas decisões financeiras.

Contudo, são as críticas de Willis (2008, 2009, 2011) que mais se destacam entre aqueles que questionam as pesquisas que afirmam ter encontrado argumentos para defender a efetividade de se educar financeiramente as pessoas.

Dois pontos importantes devem ser destacados em sua argumentação: (1) tempo, valor gasto e invasão de privacidade e, (2) perda de autonomia. Sobre o primeiro ponto, a autora destaca seis motivos para a não efetividade de maiores níveis de Educação Financeira e, portanto, para não se implantar programas para se levar conteúdos desse tema em larga escala. São eles o grande desnível de conhecimentos financeiros (por exemplo, muitas pessoas carecem de habilidades para operações matemáticas relativamente simples); a complexidade das decisões financeiras e a heterogeneidade de circunstâncias e valores financeiros do consumidor; a velocidade com que o setor financeiro oferta novos produtos; a falta de interesse ou resistência



em participar de programas; o alto nível de recursos que detém o setor financeiro para sobrepor os ganhos que a população teria com a educação e, por fim, a constatação de que mesmo aqueles dotados de informações financeiras surpreendentemente tomam más decisões ligadas ao uso do dinheiro, principalmente pela presença de vieses comportamentais.

A autora resume este ponto afirmando que

[...] coletivamente, essas realidades significam que uma educação financeira eficaz precisa ser extensiva, intensiva, frequente, obrigatória e fornecida no momento da tomada de decisão, em um ambiente individual, com o conteúdo personalizado para cada consumidor. O dinheiro do governo e o tempo necessário superariam qualquer campanha de educação pública comum. Uma nova classe profissional altamente qualificada de educadores-conselheiros-terapeutas financeiros acessíveis, competentes e independentes precisaria ser criada, regulamentada e mantida. O preço para os indivíduos, em tempo gasto com a educação – em vez de, por exemplo, ganhar mais renda – seria enorme, de modo que a educação financeira poderia *diminuir* a riqueza. As análises psicológicas necessárias para individualizar as medidas para eliminar vieses seriam pessoalmente invasivas. São custos que estamos dispostos a suportar? (Willis, 2009, p. 431, tradução nossa).

Sobre o segundo ponto, a questão da perda de autonomia, a autora afirma que muitos defendem a regulação via educação no lugar de métodos tradicionais de regulação, pois estes últimos seriam limitadores da autonomia individual. Todavia, para ela, uma educação financeira efetiva iria requerer invasão no nível da autonomia individual para funcionar a contento. Isso estaria amparado em alguns argumentos. Primeiramente, programas efetivos reduziram o controle das pessoas sobre como gastar seu tempo e esforço. Além disso, como só programas obrigatórios iriam ser efetivos, aqueles que decidirem não aderir não teriam escolha. Em segundo lugar, técnicas para eliminar vieses comportamentais nas pessoas demandariam mudar processos, sentimentos, motivações e até seus valores, o que claramente representa quebra de autonomia. Outro ponto seria a necessidade de programas voltados a educar financeiramente a população terem que decidir o que ensinar e como ensinar e até mesmo quanto de risco cada um deve aceitar correr em cada situação.

Nesse sentido, os argumentos de que a Educação Financeira reforça a autonomia caíram por terra. Muitas pessoas não gostam de planejamento financeiro e acreditam que isso demanda muito tempo e esforço. Outros temem se arrepender se suas escolhas não forem boas e preferem optar por não fazer nada. Também existem aqueles que evitam as decisões contratando consultores financeiros, outros contando com conselhos de amigos, familiares e colegas, e outros não fazendo nada, seguindo o *status quo*. Para a autora, “dar às pessoas mais propriedade e controle sobre suas vidas diárias e destino final requer intervenções regulamentares que suportam o desejo pessoal dos consumidores de não fazer todas as suas próprias escolhas financeiras” (Willis, 2009, p. 432).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo mostrar o atual estágio das pesquisas que buscam tratar da Educação Financeira e seus possíveis impactos sobre as decisões dos indivíduos, procurando mostrar se há uma relação entre maior conhecimento financeiro e decisões mais acertadas do ponto de vista do uso do dinheiro. Para isso, foram mostrados estudos que procuraram relacionar a Educação Financeira (ou a falta dela) a alguns temas específicos, a saber: a qualidade das decisões financeiras, a propensão ao consumo e ao endividamento, o uso de cartões de crédito e, por fim, o comportamento de poupança e planejamento previdenciário.



As pesquisas citadas demonstram que a falta de Educação Financeira tem fortes impactos no comportamento dos indivíduos quanto às decisões sobre produtos financeiros, uso de cartões de crédito e propensão a endividamento. Demonstram também que a falta de conhecimento e de experiências com relação ao uso do dinheiro são fatores determinantes nas questões de tomada de decisão financeira e planejamento financeiro para as pessoas, tendo impacto sobre a riqueza gerada ao longo da vida.

Foram também mostrados autores que questionam não apenas os resultados de pesquisas que apontam para benefícios da Educação Financeira como a própria forma como a Educação Financeira é levada às pessoas. Sugestões são apontadas no sentido de abordagens curtas e mais próximas do momento das decisões financeiras, o que possibilitaria aumentar a possibilidade de sucesso das abordagens.

Apesar de tais comentários, é perceptível que a facilitação do acesso a produtos financeiros nos mercados está provocando um aumento nas pesquisas sobre a Educação Financeira. Devido a experiências com endividamento e a má utilização do dinheiro nas decisões financeiras, os levantamentos feitos pelos pesquisadores levantam questões sobre a relevância da Educação Financeira para as pessoas.

De qualquer forma, como sugestões de trabalhos futuros, cabe o debate sobre se a Educação Financeira nas escolas pode trazer bons resultados no desenvolvimento do comportamento dos indivíduos quanto às decisões financeiras. Assim, futuras pesquisas que visam entender o impacto de longo prazo das abordagens hoje aplicadas podem trazer luz sobre qual o caminho para se encontrar melhores resultados no que diz respeito ao uso do dinheiro.

## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações. <https://www.bcb.gov.br>, 2018.
- BERNHEIM, B. D., & GARRETT, D. M.. The effects of financial education in the workplace: evidence from a survey of households, *Journal of public economics*, v. 87, p.p. 1487-1519, 2003.
- BEUTLER, I., & DICKSON, L. Consumer economic socialization. In J. J. Xiao, (Ed.), *Handbook of Consumer Finance Research*. NY: Springer, 2008.
- BEVERLY, S. G., & BURKHALTER, E. K. Improving the financial literacy and practices of youths. *Children & Schools*, 27(2), p.p. 121–124, 2005.
- BRAUNSTEIN, S., & WELCH, C. Financial literacy: an overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*, November, 2002.
- CALVERT, L., CAMPBELL, J., & SODINI, P. Down or out: Assessing the Welfare Costs of Household Investment Mistakes. *Working Paper, Harvard University*, 2005.
- CHEN, H.; VOLPE, R.P. An analysis of personal financial literacy among college students, *Financial Services Review*, 7 (2), p.p. 107-128, 1998.
- COLE, S., & SHASTRY, G.K. If You Are So Smart, Why Aren't You Rich? The Effects of Cognitive Ability, Education, and Financial Literacy on Financial Market Participation. *Federal Reserve System Community Affairs Research Conference*, WA, DC, 2008.
- DOLVIN, S. D., & TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation, *Financial Services Review*, 15, 133–149, 2006.



EDMINSTON, K. D., & GILLET-FISHER, M. C. Financial education at the workplace: Evidence from a survey of Federal Reserve Bank employees. *Federal Reserve Bank of Kansas City Community Affairs Working Paper 06-02*, 2006.

FERNANDES, D., LYNCH JR. J., & NETEMEYER, R. Financial Literacy, Financial Education and Downstream Financial Behaviors. <http://ssrn.com/abstract=2333898>, 2014.

FOX, J., BARTHOLOMAE, S., & LEE, J. Building the case for financial education. *The Journal of Consumer Affairs*, v. 39, n. 1, p. 195, 2005.

GALE, W. G., & LEVINE, R. Financial Literacy: What Works? How Could It Be More Effective?. *First Annual Conference of the Financial Literacy Research Consortium*, WA, DC, November 18, 2010.

GRIFONI, A., & MESSY, F. Current Status of National Strategies for Financial Education: A Comparative Analysis and Relevant Practices, *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, No. 16, OECD Publishing, 2012.

HAYHOE, C.R., LEACH, L., & TURNER, P.R. Discriminating the number of credit cards held by college students using credit and money attitudes, *Journal of Economic Psychology*, 20, p.p.643-656, 1999.

HATHAWAY, I., & KHATIWADA, S. Do Financial Education Programs Work? *Federal Reserve Bank of Cleveland Working Paper 0803*, 2008.

HILGERT, M., HOGARTH, J., BEVERLY, S. Household financial management: the connection between knowledge and behavior. *Federal Reserve Bulletin July*, p.p. 309–322, 2003.

HIRAD, A., & ZORN, P. M. A little bit of knowledge is a Good Thing: Empirical Evidence of the Effectiveness of Pre-purchase Homeownership Counseling, *Freddie Mac*, 2001.

HOGARTH, J., HILGERT, M., & SCHUCHARDT, J. Money Managers—The Good, the Bad, and the Lost, *Association for Financial Counseling and Planning Education Conference*, Scottsdale, Arizona, 2002.

KIM, J., KRATZER, C., & LEECH, I. Impacts of Workplace Financial Education on Retirement Plans, in Jeanne M. Hogarth, ed., *Proceedings of the 2001 Annual Conference of the Association for Financial Counseling and Planning Education*, 2001.

KIMBALL, M., & SHUMWAY, T. Investor Sophistication and the Participation, Home Bias, Diversification and Employer Stock Puzzles. Mimeo, University of Michigan, 2006.

LUCCI, C. R., ZERRENER, S. A., VERRONE, M. A. G., & SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: *Anais do Seminário em Administração*, 9., São Paulo, 2006.

LUSARDI, A. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications, *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 2019.

LUSARDI, A., MITCHELL, O. S. Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 2001.

LUSARDI, A., & MITCHELL, O. S. Baby Boomer Retirement Security: The Role of Planning, Financial Literacy and Housing Wealth, *Journal of Monetary Economics*, 2006.

MANDELL, L., & KLEIN, L.S. The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior, *Journal of Financial Counseling and Planning*, v.20, Issue 1, 2009.

MASON, C. L.J., & WILSON, R. M.S. Conceptualising financial literacy. *Occasional Paper: 7. Loughborough Business School*, Loughborough University, 2000.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness. <http://www.oecd.org>, 2005.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Guidelines on Financial Education at school. <http://www.oecd.org>, 2012.

PISA. Financial Literacy Assessment Framework. <http://www.oecd.org>, 2012.

ROBERTS, J.A., & JONES, E. Money attitudes, credit card use and compulsive buying among college students, *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 35, No. 21, p.p. 213-240, 2001.

SABRI, M.F., & MACDONALD, M. Savings behavior and financial problems among students: the role of financial Literacy in Malaysia. *Cross-Cultural Communication*, Vol. 6, No. 3, pp. 103-110, 2010.

SERASA EXPERIAN. Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito. <http://www.serasaexperian.com.br>, 2014.

SOARES, F.P., BENICÁ, B., MANCIO, M. & ALMEIDA, V. Financial Literacy, savings behaviour and financial problems among college students in Brazil. *EDULEARN12 Proceedings*, p. 2599-2606, 2012.

SOHN, S., JOO, S., GRABLE, J. E., LEE, S., & KIM, M. Adolescents' financial literacy: The role of financial socialization agents, financial experiences, and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth, *Journal of Adolescence*, 35, p. 969–980, 2012.

SOLHEIM, C.A., ZUIKER, V. S., & LEVCHENKO, P. Financial Socialization Family pathways: reflections from college students' narratives, *Family Science Review*, v. 16, Issue 2, 2011.

STELLA, B., COSTA, C.E., DUSI, C., & SOARES, F.P. Financial Literacy in Brazil: Use of money, consumption and savings behaviour among students of a public and a private school. *ICERI2013 Proceedings*, p.p. 2295-2302, 2013.

TAVARES, L., & SOARES, F.P. Financial Education: a study on credit cards use and compulsive buying among college students. *INTED2015 Proceedings*, p.p. 5999-6005, 2015.

VITT, L.A. Consumers' financial decisions and the psychology of values, *Journal of Financial Service Professionals*, November, p.p. 68-77, 2004.

WARWICK, J., & MANSFIELD, P. Credit card consumers: college students' knowledge and attitude, *Journal of consumer Marketing*, Vol.17, No 7, p.p. 617-626, 2000.

WILLIS, L. E. Against financial literacy education, *94 Iowa L. Rev.*, p.p. 197-285, 2008.

WILLIS, L. E. Evidence and ideology in assessing the effectiveness of financial literacy education. *San Diego Law Rev*, 46(2), p.p. 415–58, 2009.

WILLIS, L. E. The financial education fallacy, *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 101:3, p.p. 429–434, 2011.